

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

---

**1. Contexto operacional**

A CEMAG – Ceará Máquinas Agrícolas S/A (“Companhia”) iniciou suas atividades em 13 de agosto de 1973 é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Sua sede está situada na Rua Rio Solimões, nº 200, Bairro Floresta, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

A Companhia tem por objetivo a industrialização, comercialização, exportação de máquinas e implementos agrícolas, suas peças e acessórios e a prestação de serviço de instalação de máquinas e equipamentos agrícolas.

**2. Resumo das principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.2 Consolidação**

**(i) Controladas**

As demonstrações contábeis da ex controlada não mais são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas desde 31 de outubro de 2017 data em que o controle deixa de existir.

**2.3 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

---

condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis.

**2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 (três) meses e com risco insignificante de mudança de valor.

**2.5 Ativos financeiros**

**2.5.1 Classificação**

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação. A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa".

**2.5.2 Reconhecimento e mensuração**

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

**2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.5.4 Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

---

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment são:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos.

O impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento, quando aplicável, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

## **2.6 Contas a receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há 1 (um) ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

## **2.7 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na sua aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

## **2.8 Impostos a recuperar**

Os impostos recuperáveis compreendem os créditos federais adquiridos na aquisição de insumos, retenções na fonte, pagamentos antecipados ou a maior, e pagamentos realizados por estimativa do lucro provável do exercício.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

---

## **2.9 Imobilizado**

Edificações e máquinas compreendem, principalmente, a fábrica e escritório. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/ (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

## **2.10 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

## **2.11 Propriedades para investimentos**

As propriedades para investimentos são inicialmente reconhecidas pelo custo e subsequentemente ao valor justo, e quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

A metodologia adotada na determinação do valor justo consiste majoritariamente no Método Direto Comparativo de Dados de Mercado para os terrenos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

---

Com base nas informações dos elementos comparativos de mercado, a empresa avaliadora observa o tipo de área em que está situado o imóvel (área rural) e sua capacidade de produção, além da influência na economia da dessa atividade na região.

Para a consecução do objetivo, observou-se o que preceitua a NBR 14.653/2011 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnica. Esta norma contém diversos procedimentos de avaliação, cada uma com o objetivo de identificar o valor de um bem, e de seus frutos e direitos, ou do custo do bem, ou mesmo para determinar indicadores de viabilidade.

**2.12 Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 (hum) ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**2.13 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço.

**2.14 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

---

**2.15 Receita operacional**

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções e impostos sobre vendas. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas são reconhecidas.

O momento da transferência dos riscos e dos benefícios varia dependendo das condições individuais do Contrato de Venda. Normalmente a transferência ocorre mediante o recebimento do produto pelo cliente.

**2.16 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem juros de mora sobre vendas recebidas em atraso e descontos obtidos nas transações com fornecedores. A receita de juros é reconhecida no resultado na data em que o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, correções monetárias sobre impostos, descontos concedidos e taxas bancárias.

**2.17 Imposto de Renda e Contribuição Social**

**a) Impostos correntes:**

O Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 34% aplicados ao lucro líquido.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

**b) Impostos diferidos:**

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são provenientes de prejuízo fiscal na controladora, observado CPC 32, que trata de tributos sobre o lucro, “um ativo fiscal diferido deve” ser reconhecido para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros, e resultado de valorização de propriedades para investimentos na controlada.

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam integralmente realizados em até 5 (cinco) exercícios.

Os créditos provenientes de prejuízos fiscais são mantidos no Ativo não Circulante, e os tributos oriundos de valorização de propriedades para investimentos, são reconhecidos no Passivo não Circulante.

**3. Instrumentos financeiros por categoria**

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	
	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	29	20
Contas a receber de clientes	2.604	2.854
Demais contas a receber	759	968
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fornecedores	1.032	795
Empréstimos e financiamentos	633	2.832

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2018	2017
Caixa Geral	18	13
Bancos conta movimento	11	7
	<b>29</b>	<b>20</b>

**5. Contas a receber de clientes**

	2018	2017
Clientes nacional	3.075	3.277
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(471)	(423)
	<b>2.604</b>	<b>2.854</b>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:



## CEMAG – CEARÁ MÁQUINAS AGRÍCOLAS S/A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	2.663	2.664
Vencidos até 365 dias	302	360
Vencidos há mais de 365 dias	560	254
	<u>2.965</u>	<u>3.024</u>

A Companhia registra a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), após análise individualizada dos clientes.

Movimentação da Provisão Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2017	<u>(423)</u>	<u>(609)</u>
(+) Adições	(48)	-
(-) Reversões	-	186
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	<u>(471)</u>	<u>(423)</u>

### 6. Estoques

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Matéria prima	632	785
Produtos em elaboração	865	988
Materiais componentes	1.040	853
Materiais secundários	74	76
Materiais de embalagem	10	11
Almoxarifado geral	114	103
Produtos em consignação	115	153
Produtos acabados	33	257
Nossos bens em poder de terceiros	61	-
Material sucateado	42	-
	<u>2.986</u>	<u>3.226</u>

### 7. Tributos a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ICMS	31	-
IPI	270	903
PIS	23	70
COFINS	36	268
IRPJ	18	18
PERT pago a maior	212	212
(-)Provisão para perdas de créditos fiscais	-	(226)
Créditos Diversos	676	-
	<u>1.266</u>	<u>1.245</u>

## CEMAG – CEARÁ MÁQUINAS AGRÍCOLAS S/A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

#### 8. Partes relacionadas

Mútuos passivos	2018	2017
Itaueira Agropecuária S.A	518	-
Carlos Prado	-	869
José Roberto Prado	40	40
	<u>558</u>	<u>909</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, bem com as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos nestas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações entre profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador.

O aumento do mútuo com a parte relacionada Itaueira Agropecuária S.A., deve-se a aquisição de Edificações, conforme descrito na nota explicativa 10.

#### 9. Depósitos Judiciais

	31.12.2017	Adição	Baixa	Juros e Atualização Monetária	31.12.2018
Bloqueios - CVM	68	113	50	-	131
Depósito – Leilão	-	-	-	-	555
	<u>68</u>	<u>113</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>686</u>

A Companhia possui ação de natureza cível, tributário, sem risco de perda possível, conforme avaliação e posição de nossos consultores jurídicos internos.

**a) Bloqueios CVM** – Constituídos por penhora online após os débitos haverem sido parcelados nos termos do Processo nº RJ-2011-07332, que serão restituídos, por impedimento do citado bloqueio.

**b) Depósito – Leilão** – Crédito constituído em conta judicial no Processo nº 0020347-96.1998.4.05.8100, oriundos de saldo do leilão de bens da Companhia, não utilizado para abatimento em débitos tributários da empresa, que foram parcelados e consolidados no REFIS, Lei 11.941/2009, posteriormente migrados para o PERT/2017, ora reclassificado do grupo de contas 2213.03 – Impostos e Contribuições Parcelados.

#### 10. Propriedade para investimentos

	2018	2017
Terreno - Cemag	8	-
	<u>8</u>	<u>0</u>

Em virtude da finalidade dessa terra ser investimento e valorização para alienação e/ou arrendamento a Companhia procedeu para investimentos onde foi realizado a valorização ao valor justo.



## CEMAG – CEARÁ MÁQUINAS AGRÍCOLAS S/A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

A Companhia elaborou laudo de avaliação do imóvel rural com a área de 13.384,62 hectares situada no Município de Canto do Buriti (PI), onde constatou que a região é fortalecida principalmente com a agricultura da cana-de-açúcar, milho, melão, manga. O imóvel possui topografia plana que pode ser utilizado para projetos agropecuários ou como reserva floresta para quem desenvolve atividades de plantio em grande escala naquela região.

#### 11. Imobilizado

	Depreciação % a.a	2018			2017
		Custo	Depreciação	Líquido	
<i>Acumulado</i>					
Terrenos		-	-	-	8
Edificações	4%	2.818	-	2.818	-
Instalações	20%	516	(164)	352	389
Veículos	10%	122	(18)	104	-
Movéis e utensílios	10%	3	(3)	-	-
Máquinas e equipamentos	10%	4.302	(2.404)	1.898	2.321
Processamento de dados	20%	184	(150)	34	72
Outros	10%	6	-	6	16
		<b>7.951</b>	<b>(2.739)</b>	<b>5.212</b>	<b>2.806</b>

#### a) Movimentação dos saldos

	2017	Adições	Baixas/Transf.	Depreciações	2018
<i>Movimentação</i>					
Terrenos	8	-	(8)	-	-
Edificações	-	2.818	-	-	2.818
Instalações	389	51	(42)	(47)	351
Veículos	-	122	-	(18)	104
Movéis e utensílios	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.321	305	(450)	(278)	1.898
Processamento de dados	72	-	-	(37)	35
Outros	16	-	(10)	0	6
	<b>2.806</b>	<b>3.296</b>	<b>(510)</b>	<b>(380)</b>	<b>5.212</b>

#### 12. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores nacionais	1.032	795
	<b>1.032</b>	<b>795</b>

A Companhia possui uma carteira de fornecedores pulverizada que está representada substancialmente por fornecedores de matérias prima. Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 não



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

existem valores representativos em atraso, não existindo concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

**13. Empréstimos e financiamentos**

	<b>Tipo</b>	<b>Taxa</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<i>Instituições financeiras</i>				
Banco Safra	Cédula de Crédito	14,2% a.a	41	-
Banco Guanabara	Capital de Giro	18,5% a.a	458	2.600
Banco Itaú	Finame/Leasing	17,4% a.a	134	232
			<b>633</b>	<b>2.832</b>
Circulante			597	2.733
Não Circulante			36	99

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos com duplicadas e aval dos acionistas. A Companhia não tem cláusulas restritivas (covenants) financeiras ou não financeiras, em seus contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

**14. Adiantamentos de clientes**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Adiantamentos de clientes	152	96
	<b>152</b>	<b>96</b>

**15. Parcelamentos**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Refis PGFN 1194 e 1233	1.677	1.506
Parcelamento FGTS	1.286	1.405
Parcelamento CVM	104	120
	<b>3.067</b>	<b>3.031</b>
Circulante	416	408
Não Circulante	2.651	2.623

Em agosto de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal instituído pela Lei nº 11.941/09, denominado REFIS IV, visando regularizar os passivos fiscais e previdenciários existentes até 30 de novembro de 2008. Os débitos contemplados no REFIS IV foram consolidados pelas autoridades tributárias durante o exercício de 2014 no REFIS Copa instituído pela Lei nº 12.996/2014 e são pagos regularmente.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

**16. Tributos diferidos**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Tributos diferidos ativo</b>		
Imposto de renda	-	683
Contribuição social	-	245
<b>Tributos diferidos passivo</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	928
<b>Total líquido</b>	<u>-</u>	<u>928</u>

Os tributos diferidos ativos e passivos não são apresentando em uma base líquida em virtude de serem de entidades distintas onde não existe o direito e a intenção de compensar em uma base líquida.

Em 2018 os tributos diferidos sofreram reversão em virtude da companhia continuar com prejuízos fiscais, oferecendo-se os respectivos valores à tributação.

**17. Contingências**

**17.1 Processos Judiciais**

A Cemag - Ceará Máquinas Agrícolas S/A, possui em andamento 46 (quarenta e seis) processos de verbas trabalhistas e cíveis que seguem em tramitação.

Do total de 46 (quarenta e seis) ações judiciais, no qual 4 (quatro) referem-se a ações de natureza trabalhista em e quarenta e dois processos na Justiça Federal todos referentes à execução fiscal federal de tributos, os quais foram todos incluídos no Refis da Lei 11.941/2009 e migrados para o PERT em 2018 com exceção dos débitos existente na PGFN classificados como demais débitos, cujo, parcelamento está religiosamente em dias.

Os 46 (quarenta e seis) processos de natureza cível, tributária e trabalhista em que a CEMAG possui, são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa

perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa

perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

**a) Perdas possíveis - Não provisionadas**

Em 31.12.2018, o valor de aproximadamente 1 (hum) processo judicial, avaliado com o grau de risco de perda possível e não provisionado está estimado em valor mínimo de R\$ 273.351,07.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

**18. Patrimônio líquido**

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 7.672.110 quotas de capital, com valor total de R\$ 7.672.

	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Carlos Prado	7.611.500	7.611	99,21%
Lenita Ribeiro do Prado	30.688	31	0,40%
Amanda Prado Teixeira	9.974	10	0,13%
Giulia Prado Teixeira	9.974	10	0,13%
José Carlos Prado Sombra	9.974	10	0,13%
	<u>7.672.110</u>	<u>7.672</u>	<u>100,00%</u>

Em 26 de dezembro de 2018 conforme 53º AGE foram aprovadas:

i) A redução do capital social, no valor de R\$ 5.219.393,00 (cinco milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e noventa e três reais), mediante absorção de prejuízos, passando o capital para R\$ 202.147,00 (duzentos e dois mil, cento e quarenta e sete reais), dividido em 202.147 (duzentos e dois mil, cento e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

O aumento de capital, no montante de R\$ 5.169.963,00 (cinco milhões e cento e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta e três reais), por meio de emissão de 5.169.963 (cinco milhões e cento e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta e três) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

ii) Em consequente a 53º AGE, o Capital Social é R\$ 5.372.110,00 (cinco milhões e trezentos e setenta e dois mil, cento e dez reais), dividido em 5.372.110 (cinco milhões e trezentos e setenta e dois mil, cento e dez) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em 26 de dezembro de 2018 conforme 54º AGE foram aprovadas:

iii) O aumento de capital, no valor de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), passando de 5.372.110,00 (cinco milhões e trezentos e setenta e dois mil, cento e dez reais), para R\$ 7.672.110,00 (sete milhões e seiscentos e doze mil, cento e dez reais), por meio de emissão de 2.300.000 (dois milhões e trezentos mil) ações, todas ordinárias e nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

**19. Receita**

<u>Receita bruta</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta da venda de produtos	20.546	19.867
<b>Total líquido</b>	<b>20.546</b>	<b>19.867</b>
<u>Deduções da receita</u>		
(-) ICMS s/ vendas	(1.524)	(1.437)
(-) IPI s/ vendas	(25)	(41)
(-) PIS s/ vendas	(199)	(182)
(-) COFINS s/ vendas	(950)	(874)
(-) ISS	-	-
(-) Devoluções de vendas	(281)	(376)
	<b>(2.979)</b>	<b>(2.910)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>17.567</b>	<b>16.957</b>

**20. Custos e despesas**

<u>Gastos por natureza</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Matéria prima	(9.383)	(5.731)
Materiais componentes	(350)	(3.631)
Materiais secundários	-	(679)
Materiais embalagem	-	(98)
Custo da Depreciação Industrial	(448)	-
manutenção	(51)	(323)
Combustíveis, Gases e Lubrificantes	(232)	(383)
Salários, ordenados e obrigações sociais	(4.270)	(5.867)
Alimentação dos funcionários	(408)	(379)
Aluguel de máquinas e edifícios	(52)	(622)
Material de uso e consumo	(147)	(316)
Outros impostos e contribuições	(41)	(52)
Custos com processos	(4)	(34)
Seguros	(76)	(85)
Despesas com água, luz e comunicação	(301)	(341)
Serviços pessoas jurídicas	(2.324)	(2.349)
Despreciação e amortização	(101)	(522)
Feiras e eventos	(153)	(203)
Avarias	(2)	(49)
Fretes	(1.101)	(1.135)
Diversas	(189)	(394)
	<b>(19.633)</b>	<b>(23.193)</b>



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

<b><u>Despesa por função</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Custo de vendas	(15.089)	(17.481)
Despesas de vendas	(2.571)	(2.835)
Despesas administrativas e gerais	(1.973)	(2.877)
	<b><u>(19.633)</u></b>	<b><u>(23.193)</u></b>

**21. Outras receitas e despesas operacionais**

<b><u>Outras receitas</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Compensação de débitos fiscais	-	107
Redução de parcelamentos (PERT)	-	1.871
Recuperação de despesas	256	19
	<b><u>256</u></b>	<b><u>1.997</u></b>

<b><u>Despesa por função</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
IRPJ e CSLL Diferido	(928)	-
Multas	(55)	(499)
Outras despesas	(502)	(69)
	<b><u>(1.485)</u></b>	<b><u>(568)</u></b>

<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	<b><u>(1.229)</u></b>	<b><u>1.429</u></b>
--	-----------------------	---------------------

**22. Resultado financeiro líquido**

<b><u>Receitas financeiras</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Juros de mora	70	80
Redução de encargos sobre parcelamentos (PERT)	-	1.061
Diversas	6	9
	<b><u>76</u></b>	<b><u>1.150</u></b>

<b><u>Despesas financeiras</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Correções monetárias sobre impostos	(518)	(479)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(27)	(310)
Tarifas bancárias	(62)	(157)
Encargos sobre contratos de mútuo	(23)	(388)
Diversas	(12)	(11)
	<b><u>(642)</u></b>	<b><u>(1.345)</u></b>

<b>Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	<b><u>(566)</u></b>	<b><u>(195)</u></b>
---	---------------------	---------------------

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

**23. Imposto de renda e contribuição social**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Tributos correntes</b>		
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	-	-
Venda de prejuízos fiscais base negativa	-	2.277
<b>Total Líquido</b>	<u>-</u>	<u>2.277</u>

**24. Gestão de riscos**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco da taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

**Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

---

**Riscos de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm da necessidade de compra de novas máquinas e equipamentos, amortização do seu endividamento, pagamento de tributos e outros desembolsos operacionais.

**Risco da taxa de juros**

A Companhia efetuou suas operações de créditos com base em taxas de juros pré-fixadas, não havendo risco significativo.

**Eventos subsequentes**

Em 28 de fevereiro de 2019, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2018, estando aprovadas para divulgação pela Administração.